

A LÍNGUA PORTUGUESA NO JAPÃO

Gabriel Antunes de ARAUJO¹

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar um levantamento e discutir algumas questões concernentes à presença da língua portuguesa no Japão. A presença da língua portuguesa foi marcada por três momentos distintos: o período da chegada dos navegadores portugueses ao Japão em 1543 ou 1544 até sua expulsão em 1639; o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Japão no período Meiji; e a massiva imigração de trabalhadores nipo-brasileiros ao Japão nas décadas de oitenta e noventa do século passado. Na primeira seção, abordarei a chegada da língua portuguesa ao Japão e o estabelecimento do léxico de origem portuguesa na língua nipônica e mencionarei a instrumentalização lingüística do japonês. Em seguida, tratarei do século XX e da abertura dos primeiros cursos universitários dedicados à língua portuguesa. Com a consolidação do Brasil como um mercado privilegiado de acesso à América Latina e destino de grandes multinacionais japonesas, além da influência cultural brasileira, a imigração nipo-brasileira ao Japão também gerou uma demanda e um interesse inédito pelo estilo de vida do Brasil. Na última seção, mostrarei que a presença brasileira impõe novos desafios ao sistema educacional japonês e brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: língua portuguesa, Japão, dekasegui, ensino da língua portuguesa.

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar um levantamento e discutir algumas questões concernentes à presença da língua portuguesa no Japão. Em linhas gerais, a presença da língua portuguesa foi marcada por três momentos distintos: o primeiro abarcaria o período da chegada dos navegadores portugueses ao Japão em 1543 ou 1544 até sua

¹ Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas. Av. Prof. Luciano Gualberto, 403. Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo-SP, Brasil. email: g.antunes@usp.br

expulsão em 1639; o segundo inclui o restabelecimento, em 1860, das relações diplomáticas entre Portugal e Japão no período Meiji e a abertura do país aos japonistas portugueses; e o terceiro marco pode ser apontado com a massiva imigração de trabalhadores nipo-brasileiros ao Japão nas décadas de oitenta e noventa do século passado. Cada período levou a língua portuguesa ao Japão e, *ipso facto*, o Japão a Portugal e ao Brasil. Adiante, farei algumas reflexões sobre esse relacionamento.

Na próxima seção, abordarei a chegada da língua da portuguesa ao Japão e o estabelecimento do léxico de origem portuguesa na língua nipônica. Ao mesmo tempo, mencionarei a instrumentalização lingüística do japonês, escrita em português, promovida pelos trabalhos do padre Ioam Rodriguez, Tçuzu, da Companhia de Jesus. Em seguida, tratarei do período entre guerras e da abertura dos primeiros cursos universitários dedicados à língua portuguesa. Adiante, mostrarei como o fim da Segunda Guerra proporcionou um maior interesse pelas culturas ‘ocidentais’ e resultou na abertura de vários cursos de língua, literatura e cultura nas universidades japonesas, dentre elas os cursos de estudos luso-brasileiros. Com a consolidação do Brasil como um mercado privilegiado de acesso à América Latina e destino de grandes multinacionais japonesas, além da influência cultural brasileira como um todo, sobretudo, no cinema, na música e no futebol, a imigração nipo-brasileira ao Japão também gerou uma demanda e um interesse inédito pelo estilo de vida do Brasil.

Na última seção, mostrarei que a presença de um contingente de cerca de trezentos e trinta mil brasileiros luso-falantes no Japão impõe novos desafios ao sistema educacional japonês e brasileiro, promove novas discussões na universidade e, ao mesmo tempo, gera novas demandas nos serviços públicos, tanto no Japão, como no Brasil.

Artes

É possível destacarmos, em dois momentos na vasta obra de João de Barros (c. 1496-1570), duas menções diretas ao prestígio da língua portuguesa no mundo. Na *Cartinha para os meninos aprender a ler* (1539), Barros afirma que a língua portuguesa é aquela que em *Európa é estimada, em África e Ásia por amor, armas e leys tam amáda e espantósa*. Já no *Diálogo em Louvor da Nóssa Linguágem* (1540), Barros defende, orgulhoso, que “Certo é [que] nam há i glória que se póssa comparár a quando os mininos etíopas, persianos, indios, d’aquém e d’além do Gange, em suas próprias térras, na força de seus templos e pagódes, onde nunca se ouvio o nome romano, aprendam a nossa linguágem.” Para Barros, a aventura expansionista portuguesa não pode ser separada da glória da língua portuguesa (ARAÚJO 2008).

A missão portuguesa, embora interessada na expansão lingüística portuguesa, tinha sua própria agenda. E, nesse sentido, a expansão da língua portuguesa seria um subproduto da expansão da fé católica. Contudo, no trabalho jesuítico do século XVI, é necessário estabelecermos uma distinção entre a língua de liturgia e a língua de pregação. No primeiro caso, empregava-se o latim. No segundo, o vernáculo. O latim mantinha uma ligação com a Igreja de Roma e era a língua franca da alta hierarquia católica. Ademais, como língua morta, mantém a liturgia coesa e imutável. As línguas nacionais, por ser turno, eram empregadas na pregação, na administração dos sacramentos (especialmente na confissão), nas devoções da tarde, nas orações que precediam e antecediam as missas e na catequese. Portanto, era fundamental que os missionários jesuítas conhecessem as línguas locais. Com o intuito de produzir materiais a partir dos quais os missionários pudessem estudar as línguas locais, diversos jesuítas dedicavam-se à tarefa de analisar as línguas locais e produzir cartilhas, catecismos e

gramáticas, além de traduzir peças de doutrinação e descrever as sociedades, mediados pela observação direta. Dentre as cartilhas pioneiras, podemos mencionar as de tamul e português, a *Arte da Lingoa Malabar* (HENRIQUES 154?), *Arte de Grammatica da Lingoa mais Vsada na Costa do Brazil* (ANCHIETA 1946[1595]), e as Artes da língua *Iapoa* (RODRIGUES 1604; 1620).

Segundo Boxer (1950), o padre Ioam Rodriguez ou João Rodriguez (c. 1561-1634) chegou ao Japão em 1577². Dedicou-se ao aprendizado da língua japonesa e estudou teologia em Nagasaki, entrando para a Companhia de Jesus em 1580, depois de campanhas militares fracassadas ao lado do senhor feudal Otomo. Além de padre, Rodriguez foi também missionário, diplomata, político, intérprete e comerciante. Foi o primeiro ocidental a visitar as cidades imperiais de Pequim e Kyoto, tornando intérprete do ditador e líder militar Toyotomi Hideyoshi. Mesmo após a morte de Hideyoshi em 1598, Rodriguez continuou com ótimas relações com o novo Shogun, Tokugawa Ieyasu. Graças a uma série de intrigas palacianas, Rodriguez foi expulso do Japão em 1612, ao passo que o Catolicismo seria banido em 1614. Em Macau, Rodriguez finalizou a sua revisão da gramática do japonês publicada entre 1604 e 1608 como a *Arte da Lingoa de Iapam* (*Nihon-dai bunten*). A *Arte Breve da Lingoa Iapoa*, publicada em 1620, e cuja língua-veículo é o português, constitui, até os nossos dias, um material de consulta aos estudantes da língua japonesa do século XVI, em particular, e aos estudos lingüísticos do japonês, em geral. No entanto, a gramática de Rodriguez não é a primeira arte do japonês, embora Rodriguez afirme que seu trabalho (1604-08) seja o primeiro a ser *impresso*, Boxer (1950: 349) atribui aos Jesuítas as primeiras gramáticas e glossários impressos (muito embora, tenham sido impressos em tiragens muito pequenas e só sejam conhecidos através de referências), produzidos no final do século XVI. Antes da

² João Rodriguez, comumente, é confundido com o também missionário Padre João Rodriguez Giram (1558-1628). Por este motivo, adotou o sobrenome *Tçuzu* (forma arcaica de *Tsuji*, intérprete em japonês) para evitar confusões com o seu contemporâneo (BOXER 1959: 340-1).

chegada de Rodriguez ao Japão, já circulava entre os jesuítas esboços gramaticais e pequenos glossários manuscritos e impressos (cf. *Vocabvlario* compilado pelos jesuítas em 1603). É possível que o primeiro desses manuscritos tenha circulado na década de 50 do século XVI, possivelmente escrito pelo padre Duarte da Silva (Boxer 1950: 348).

Naturalmente, não é irreal supor que a língua portuguesa gozava de um certo prestígio no Japão, pois Barros mencionou que ela era aprendida nos *pagodes*, o que constituía em um motivo de orgulho para os portugueses. Mas, certamente, como menciona Rodriguez, a língua corrente nas Missões, no Japão, não é o latim (1604-1608, apud BOXER 1950: 354): “... porque em Japão os Padres e Irmãos entre si usam de lingoa e ortographia Portuguesa.” Além disso, o contato com os portugueses (que, durante muitos séculos, foram sinônimos de ‘ocidental’ no Japão) acarretou o intercâmbio de centenas de itens lexicais em ambos os idiomas. Fonseca (1985) menciona que, nos séculos XVI e XVII, cerca de quatro mil palavras de origem portuguesa eram empregadas no japonês. Embora esta estatística seja um pouco controversa, é certo que o contato com os portugueses na ilha de Kyushu, nas relações mercantis, nas missões e na corte em Kyoto estimulou o empréstimo de itens e práticas culinárias, de vestuário, e também de novos conceitos, técnicas, artefatos de guerra, etc. Todavia, a palavra de origem portuguesa não mantém suas características invioladas no percurso de adaptação. O japonês, como qualquer outra língua natural, apela para recursos estruturais (fonológicos, morfológicos, semânticos, etc.) no momento de “nativizar” os empréstimos (cf. PARADIS AND LACHARITÉ 1997, SMITH 2005). Dessa forma, a língua portuguesa sobreviveu no Japão, mesmo após o banimento em 1620, em centenas de itens lexicais de origem portuguesa (FONSECA 1985):

(1) kana/kanji	grafia romanizada	português
アルコール	<i>arukōru</i> ³	álcool
ビロード	<i>birōdo</i>	veludo
ボタン, 釦, 鈕	<i>botan</i>	botão
チャルメラ	<i>charumera</i>	charamela (um tipo de flauta ⁴)
カステラ	<i>kasutera</i>	castela (pão de ló)
パン	<i>pan</i>	pão
羅紗	<i>rasha</i>	raxa (tecido grosso de algodão ou lã)

Os processos de adaptação, nos exemplos supracitados, vão desde a substituição de fonemas, /v/ > [b] ou /l/ > [r], passando pela transformação de codas silábicas em meio de palavras, permitidas em português (P), mas agramaticais em japonês (J), como em P-[kas.te.la] > J-[ka.su.te.ra], em seqüências de onset mais a vogal epentética canônica [u]⁵, e chegando a manutenção de formas que entraram em desuso no português, como, por exemplo, ‘raxa’.

A política da era Tokugawa (1603-1860), como demonstra Gordon (2003: 18), erroneamente tachada como de ‘reclusão’ atingiu, *de facto*, os europeus que pretendiam implantar idéias que, aos olhos do regime, eram vistas como ameaças⁶. Tokugawa proibiu os japoneses de viajar ao exterior para além do oeste da Coreia ou para o sul das

³ Coelho (1998: 36) no seu *Dicionário de Japonês-Português* atribui a origem do vocábulo *álcool* (alcohol) à língua holandesa.

⁴ Coelho (1998: 77): A flauta [corneta] do vendedor ambulante de ‘soba’.

⁵ Cf. Dupoux, Kakehi, Hirose, Pallier e Mehler 1998.

⁶ Tojo (2000: 124) demonstra que os holandeses foram muito habilidosos ao destacar as diferenças entre si e os ibéricos perante o xogunato. “Eles destacaram o fato de os portugueses eram fisicamente subordinados ao rei de Portugal, mas espiritualmente dependentes do chefe da Igreja de Roma. Ao permitir que seus súditos devotassem obediência ao Papa, o rei português perdia sua jurisdição sobre seus súditos. Isto, de acordo com os holandeses, resultava em um falta de poder que levava à fragilidade da autoridade civil. Os holandeses, por sua vez, ao não respeitar a autoridade papal, devotavam sua obediência total aos poderes seculares. Este argumento destacava a natureza subversiva da Igreja Católica e sua ameaça à manutenção da ordem política”. Este estado de coisas, sem dúvida, contribuiu para a expulsão dos católicos. Além disso, a empresa colonial holandesa era liderada pela Companhia das Índias Orientais e os negócios eram mais importantes do que a fé (cf. ZANDVLIET 2004).

ilhas Ryukyu (Okinawa). Ele restringiu a exportação de armas e banuiu o Cristianismo e as viagens de católicos ao Japão. Em 1637-38, a rebelião dos camponeses no baluarte cristão de Shimabara (próximo a Nagasaki) foi duramente debelada, com a morte de cerca de trinta e sete mil pessoas, entre elas, mulheres, idosos e crianças. Iemitsu Tokugawa, também nessa ocasião, banuiu os comerciantes portugueses, cuja última carranca deixou o porto de Nagasaki em 1639. O Japão continuou mantendo laços com comerciantes holandeses e com outras sociedades asiáticas, além de patrocinar viagens de cunho diplomático e comercial (GORDON 2003: 17).

Entreato

Embora a reabertura do Japão ao mundo tenha sido gradual, sobretudo depois da Guerra do Ópio e do acordo comercial com os holandeses em 1842, é a chegada hostil da esquadra norte-americana comandada pelo Comodoro Matthew Perry em 1853 que torna a queda do regime Tokugawa inevitável e abre caminho para a restauração Meiji e a conseqüente abertura do Japão ao Ocidente.

Em 1860, Lisboa restabelece laços diplomáticos com Tokyo. Em seguida, viajantes, diplomatas e escritores portugueses começam a publicar seus estudos sobre o Japão (dentre os autores mais importantes, podemos citar Pedro Gastão Mesnier, Gonçalves Pereira, Polidoro Francisco da Silva, Ladislau Batalha e Wenceslau de Moraes. De fato, Wenceslau de Moraes chega ao Japão, em 1888, e se torna, para o público português, a grande fonte de informação sobre o Japão em particular, e sobre o Oriente, em geral (Fonseca Junior 1993). Sua extensa obra influencia outros tantos portugueses a seguirem o caminho para o Oriente. No entanto, a presença da língua limita-se ao corpo consular e alguns imigrados.

Contudo, a chegada do historiador e professor João Abranches Pinto ao Japão, em 1918, e a abertura do primeiro curso universitário de língua e cultura portuguesas na Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio (Tokyo Gaidai), em 1919, marcou o início da longa presença do português nas universidades japonesas. Logo após a Segunda Grande Guerra, universidades japonesas começam a estabelecer seus departamentos de línguas e estudos estrangeiros. Em 1948, é fundada, em Kyoto, a Universidade de Estudos Estrangeiros, cujo Departamento de Estudos Luso-Brasileiros foi estabelecido em 1968. Em 1964, a Universidade Sophia de Tóquio inicia a sua pós-graduação em língua e cultura portuguesa. Além delas, atualmente, outras três universidades possuem departamentos de estudos luso-brasileiros ou lecionam português: Universidade de Osaka, Universidade de Tenri e a Universidade Kanda de Estudos Internacionais⁷. Além disso, outras dezenove universidades japonesas possuem a língua portuguesa como disciplina opcional, dentre elas, a Universidade Industrial de Quioto, a Universidade Musashino, a Universidade Rikkyo, a Universidade Ryutsu Keizai, a Universidade Takushoku, a Faculdade Municipal de Artes e Cultura de Oita, a Universidade Nanzan, entre outras. Outrossim, a Embaixada de Portugal, de Brasil, ‘sociedades e clubes de amigos do Brasil’ e escolas particulares de idiomas lecionam também o português. Ao lado do ensino universitário, as obras literárias de autores portugueses, traduzidas para o japonês constituem importante fonte de conhecimento do mundo português para os japoneses⁸. Dentre os principais autores portugueses traduzidos, destacam-se José Saramago, Luís de Camões, Fernando Pessoa, Eça de

⁷ Sumida (2008) afirma que há cerca de dois mil alunos em todos os cursos universitários de língua portuguesa.

⁸ Além do exame supletivo, o MEC aplica, por intermédio da Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto, no Japão os exames para os Certificados de Proficiência em Língua Portuguesa (do Brasil) para Estrangeiros (CELPE-BRAS).

Queiróz, Fernando Namora, Gil Vicente, João Rodriguez Tçuzu, Pero de Magalhães de Gandavo, Pero Vaz de Caminha, Wenceslau de Moraes, entre outros⁹.

Prêmios literários também estimulam a difusão da cultura portuguesa no Japão, como por exemplo, ‘João Rodrigues, o Intérprete’, oferecido anualmente pela Embaixada de Portugal à melhor tradução de obra literária portuguesa para o japonês.

A presença brasileira no Japão

Em 1908, chega ao Brasil Kasato Maru, a embarcação japonesa que trazia consigo os primeiros imigrantes. Até 1941, o Brasil receberia 188.986 imigrantes japoneses. Após um breve hiato, provocado pela Segunda Grande Guerra, a imigração japonesa é retomada na década de 50 do século passado. Até 1988, segundo dados oficiais (SEYFERTH 2001), o Brasil receberia mais 53.555 japoneses.

Não obstante, muitos dos descendentes destes imigrantes japoneses, impulsionados pelas sucessivas crises econômicas dos anos 80 e pelo boom econômico japonês, decidiram migrar para o Japão¹⁰. Em 1990, é aprovada a Lei de Controle de Imigração. Esta medida, praticamente criou uma ‘reserva de mercado’ para imigrantes de descendência japonesa, tanto brasileiros, como coreanos e chineses, isto é, nascidos nas colônias do Japão Imperial. A lei estabelecia que ‘descendentes’ (até a quarta geração) e seus cônjuges poderiam exercer qualquer atividade por até três anos no Japão (SASAKI 1999). Contudo, esta imigração étnica ou consangüínea apresenta um resultado inesperado: a língua portuguesa, depois de um intervalo de mais três séculos, volta a ser falada por uma população expressiva no Japão. Ademais, é impossível deixar de

⁹ Os dados sobre as universidades japonesas e sobre os autores traduzidos podem ser encontrados no site da Embaixada de Portugal em Tóquio: www.embaixadadeportugal.jp/

¹⁰ Possivelmente, o mais amplo estudo sobre os imigrantes brasileiros no Japão é o trabalho de Higuchi (2006), que pode ser encontrado em http://www.un.org/esa/population/meetings/IttMigLAC/P11_Higuchi.pdf.

mencionar a influência do cinema, do futebol e da música brasileira no Japão contemporâneo. A influência cultural da música e do cinema precede o fenômeno dekasegui, tendo sido iniciada nos anos de 1960. Já a influência do futebol é um fenômeno dos anos (19)90, iniciado com a chegada do jogador de futebol Zico em 1991. Além de obras literárias, há traduções para o japonês de ensaios acadêmicos e bibliográficos. Calcular exatamente o tamanho da comunidade luso-falante no Japão é uma tarefa complexa, sobretudo porque pessoas que possuíam vistos válidos e não deixaram o país, nem pediram a renovação são ignoradas das estatísticas oficiais. É necessário incluir os estudantes de intercâmbio (escolas de línguas, graduandos, mestrandos, doutorando e pós-doutorandos), funcionários do corpo diplomáticos, artistas, ministros religiosos, profissionais liberais, cônjuges de japoneses, todos os familiares luso-falantes dos supracitados, além dos imigrantes dekaseguis brasileiros. A comunidade coreana, com cerca de 650 mil pessoas, e a chinesa, com aproximadamente 500 mil são, respectivamente, a maior e a segunda maior. Cálculos do Ministério da Justiça Japonês (Censo de 2005) indicavam que havia 214.049 nipo-brasileiros no Japão em 2005, dentre os quais 35.589 crianças com até quatorze anos¹¹. Isso faz com que a comunidade luso-falante seja a terceira maior do país. Atualmente, o Ministério da Justiça do Brasil calcula que haja cerca de 330 mil brasileiros no Japão¹². Dados do Consulado do Brasil (ano 2000) calculavam a população brasileira no Japão em 224 mil¹³. O imigrante dekasegui brasileiro, comumente, provém das classes médias urbanas, não fala japonês ou possui um comando muito limitado da língua (IKEDA, MORALES, ODA 2006: 74).

¹¹ <http://www.stat.go.jp/english/data/kokusei/2005/poj/pdf/2005ch11.pdf>

¹² Em 2007, a Divisão de Controle de Estrangeiros do Ministério da Justiça do Japão calculava em 316.967 o número de brasileiros residentes no Japão, dos quais 49.446 tinham menos de quatorze anos. Em 2007, havia 10.536 alunos matriculados em escolas brasileiras (YOSHIMURA 2008).

¹³ <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=311>

Apesar de, atualmente, os brasileiros exercerem as mais diversas funções em dezenas de indústrias, a maior parte dos trabalhadores concentra-se no setor automobilístico, eletrônico e de processamento de alimentos (HIGUCHI 2006: 2). Os laços de amizade e a convivência social como um todo fazem com que os brasileiros empreguem somente o português nas relações de trabalho, em casa e nos momentos de lazer. De fato, a maior parte dos nipo-brasileiros é contratada por agências de emprego ou empreiteiras, mora junto ou próximos a brasileiros e fala somente português no ambiente de trabalho. Não obstante, a maioria dos trabalhadores se vê como temporários e pretende (mesmo que nunca consiga) retornar ao Brasil (cf. OLIVEIRA 1992, MELCHIOR 2001). Muitos regressam ao Brasil, como planejado, porém acabam voltando ao Japão, por razões econômicas ou por não conseguirem se readaptar. E, por outro lado, por saber que retornarão ao Brasil, almejam uma educação em português para seus filhos. Portanto, falar dos nipo-brasileiros e da presença da língua portuguesa no Japão envolve, necessariamente, falar sobre a escola em língua portuguesa, pois esta funciona como o *locus* de resistência do português.

Como apontado anteriormente, há cerca de quarenta mil crianças nipo-brasileiras em idade escolar no Japão. Muitas conseguem aprender o idioma japonês e não enfrentam problemas para se inserirem na escola japonesa. No entanto, milhares de crianças, por uma série de motivos, não se ajustam ao sistema nipônico. Este fenômeno tem se tornado um problema social nos últimos anos. Além disso, muitas famílias temem perder o vínculo com o sistema educacional brasileiro. Isso prejudicaria o retorno das crianças ao Brasil e, conseqüentemente, diminuiria as chances de entrada no sistema universitário brasileiro. Por causa da demanda, muitas escolas que lecionam em português, seguindo um currículo brasileiro, foram fundadas nos últimos quinze anos no Japão. Maxwell (2008: 7) revela que, na cidade de Hamamatsu, das famílias que

pretendem se fixar no Japão, 81,6% optam pela escola japonesa. O quadro se inverte à medida que os pais manifestam o desejo de retornar para o Brasil no período de até 3 anos (nesse caso, 83,7% preferem a escola brasileira). Quando a expectativa de retorno tem o horizonte de 10 anos, 70,4% das famílias preferem escolas brasileiras.

Há, ainda, crianças brasileiras que simplesmente não frequentam escola alguma no Japão ou porque os responsáveis permitem que as crianças não frequentem nenhuma escola ou porque não coíbem a evasão escolar. Por outro lado, a lei japonesa estabelece o ensino ginásial obrigatório somente para os cidadãos japoneses. No Japão, após os nove anos de ensino ginásial, equivalente ao Ensino Fundamental no Brasil, a criança pode cursar o colegial e 90% dessas crianças em idade escolar o fazem (cf. Guia de Orientação de Komaki, SEM AUTOR 2002). Um cidadão japonês teria muitos problemas com a justiça e com a sociedade caso deliberadamente permitisse que uma criança não frequentasse a escola, no entanto, a legislação não estabelece jurisprudência sobre crianças estrangeiras.

Embora o sistema educacional japonês gratuito seja considerado um dos melhores do mundo, muitos brasileiros preferem matricular seus filhos nas escolas particulares brasileiras no Japão¹⁴. Não há escolas públicas brasileiras no Japão. As escolas brasileiras apresentam muitos problemas. Nos últimos anos, estas escolas têm recebido atenção tanto do Governo do Japão, como do Governo do Brasil. Em 2003, o Ministério da Educação do Brasil (MEC), por intermédio do Conselho Nacional de Educação, publicou parecer e normas sobre o reconhecimento de diplomas e históricos escolares emitidos por estabelecimentos de ensino ‘brasileiros’ no Japão. O tema é complexo e exigiria um amplo debate. Para nos atermos aos interesses desta apresentação, limitar-me-ei ao caráter de difusão lingüística dessas escolas. A clientela das escolas brasileiras no Japão é formada por brasileiros e a língua de instrução é o português.

¹⁴ <http://www.oecd.org/dataoecd/20/30/39297829.pdf?contentId=39297830>

Adicionalmente, muitas escolas também ensinam o japonês. É difícil precisar o número de escolas brasileiras no Japão, pois há muitas escolas não regularizadas (sem documentação no Brasil ou no Japão). Segundo o MEC, há 110 escolas brasileiras no Japão, sendo 51 oficialmente reconhecidas pelo Governo brasileiro, 20 em processo de reconhecimento, 39 não reconhecidas. Mormente, impulsionados pelas alterações nas leis de diretrizes e bases da educação nos últimos anos no Brasil, os brasileiros no Japão têm podido se beneficiar das provas aplicadas pelo governo brasileiro. Dessa forma, mesmo que a escola não seja reconhecida, o aluno tem a oportunidade de fazer os exames supletivos aplicados no Japão¹⁵. Sendo aprovado, o aluno pode cursar a universidade no Brasil. Por outro lado, em 2004, o Ministro da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia japonês, Takeo Kawamura, assinou uma norma reconhecendo dezenove escolas brasileiras como ‘escolas estrangeiras’ e, portanto, como parte do sistema educacional japonês. Isso permite aos alunos egressos destas escolas tentarem admissão em universidades japonesas. Em 2004, das 42 escolas estrangeiras reconhecidas, 19 eram brasileiras¹⁶.

A grande comunidade brasileira no Japão impulsionou a criação e a expansão de uma variada mídia em língua portuguesa. Além do acesso à internet e, portanto, acesso às múltiplas mídias produzidas no Brasil, e à televisão por satélite, representadas, principalmente, pela Record Internacional e Globo Internacional, os brasileiros no Japão contam com um canal de TV por assinatura que transmite em português: IPC TV. Além de programação produzida localmente, a IPC retransmitia programas da TV Cultura de SP, Globo, Record, entre outras. Em 2007, a IPC tornou-se a primeira afiliada internacional da Rede Globo. O grupo IPC também administra um portal de internet,

¹⁵ Em 2006, 628 candidatos prestaram o supletivo. Em 2007, este número subiu para 913, sendo que 72 eram membros de populações carcerárias, segundo Cláudia Emi. Cf. <http://tudobem.uol.com.br/2007/10/26/mec-anuncia-novidades-para-escolas-e-alunos-brasileiros-no-japao/>

¹⁶ <http://mecsrv04.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=4980>

totalmente em português¹⁷. Há, também, no Japão, dezenas de revistas de distribuição gratuitas dirigidas à comunidade luso-falante, bem como jornais impressos semanais e quinzenais.

Portanto, se estuda o português porque é uma língua de cultura (literária, musical, cinematográfica, popular do Brasil e de Portugal), é uma língua de trabalho (seu conhecimento permite o acesso a posições de trabalho em prefeituras, organizações não-governamentais, empresas nacionais e multinacionais), pode ser uma língua de relacionamentos familiares ou amorosos e é, também, uma língua de escolarização.

Conclusão

A presença da língua portuguesa no Japão está associada à presença econômica e cultural de Portugal e do Brasil no mundo, bem como à presença das comunidades luso-falantes no Japão. No entanto, estas comunidades enfrentam grandes desafios, sendo que o maior deles é compreender o estatuto de sua presença em uma terra estrangeira. O trabalho de Maxwell (2008), portanto, revela que a comunidade brasileira atravessa exatamente este momento na cidade de Hamamatsu. À medida que aumenta o interesse em ficar, mais crianças brasileiras são matriculadas em escolas japonesas, cujo ensino é todo em japonês. Destarte, a identificação com a sociedade japonesa cria uma japonização da comunidade, com o conseqüente abandono gradual da língua portuguesa. Assim, temos exemplos nos quais as crianças ‘brasileiras’ são monolíngües em japonês e o português é empregado de forma muito restrita. O caso, não obstante, é muito parecido com o da comunidade nipo-descendente no Brasil. Ikeda, Morales e Oda (2006) citam o estudo da Sociedade de Consultores (parte do Centro de Estudos nipo-Brasileiros) em 1996. Neste estudo, Kobata (1996) relata a situação lingüística nos lares

¹⁷ <http://www.ipcdigital.com>

nipo-brasileiros em São Paulo. Mais da metade das residências pesquisadas não empregava mais o japonês (56% empregavam o português, 20% o português e o japonês, 6% o japonês, 14% não oferecem informações e 4% outras línguas.). No que diz respeito à situação dos imigrantes luso-falantes no Japão, um estudo semelhante ao de Kobata (1996) ainda está para ser feito.

Referências bibliográficas

Anchieta, José de. 1946 [1595]. *Arte da Lingoa mais Vsada na Costa do Brasil*. São Paulo.

Anônimo. sem data. Cartilha de tamul e de português.

Anônimo. 1603 [1998]. *Vocabulario da lingoa de Iapam com adeclaração em Português*. Nagasaki: Collegio da Iapão da Companhia de IESV.

Araujo, Gabriel Antunes de (org.) 2008. *Cartinha para os meninos aprender a ler de João de Barros*, edição crítica, leitura modernizada e reprodução facsimilar. São Paulo: Humanitas/Paulistana.

Boxer, Charles. 1950. Padre João Rodrigues Tçuzu S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620. *Boletim de Filologia* Tomo XI: 338-63.

Coelho, Jaime Nuno Cepeda. (org.). 1998. *Dicionário de Japonês-Português*. Porto: Porto Editora.

Emmanuel, Dupoux and Kazohiko, Kakehi and Yuki, Hirose and Christophe, Pallier e Jacques, Mehler. 1998. Epenthetic vowels in Japanese: A perceptual illusion? Disponível em <http://cogprints.org/744/0/ebuzo5.pdf> (consultado em 22 de junho de 2008).

- Fonseca, Fernando Venâncio Peixoto. 1985. *O português entre as línguas do mundo: situação, história, variedades*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca Junior, Jorge. 1993. *Wenceslau de Moraes e outras evocações*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão.
- Gordon, Andrew. 2003. *A modern history of Japan: from Tokugawa to the present*. Oxford: Oxford University Press.
- Henriques, Henrique. 154? *Arte da Lingua Malabar e Portuguez*. Lisboa:?
- Ikeda, Sumiko Nishitani; Leiko Matsubara Morales; Ivone Hirmoi Oda. 2006. Contactos lingüísticos do português paulista com o japonês. In Oliveira, Marilza de (org.). *Língua Portuguesa em São Paulo*, 63-77. São Paulo: Humanitas.
- Maxwell, Roberto. 2008. Escola japonesa ou escola brasileira? Escola e educação de crianças brasileiras na cidade de Hamamatsu. In Ikegami, Sugehiro. *Gaikokujin Shimin To Chiki Shakai He No Sanka – 2006 Nem Hamamatsu-shi Gaigokujin Choosa No Shoosai Bunseki*, 103-111. Hamamatsu: Shizuoka University of Culture and Arts.
- Melchior, Lirian. 2001. A mobilidade de trabalhadores do e para o Japão. Estudo de caso de Londrina, PR, Brasil. *Scripta Nova-Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales* 94 (54). Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-54.htm> (acessado em 03 de agosto de 2008).
- Oliveira, J.F. 1992. *Os trabalhadores Nipo-brasileiros no Japão – uma reflexão de origem política. Dekassegui*. São Paulo: Estação da Liberdade:/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.
- Paradis, C. e D. LaCharité. 1997. Preservation and minimality in loanword adaptation. *Journal of Linguistics* 33: 379-430.
- Rodrigues, João. 1604-08. *Arte da lingoa de Iapam*. Nagasaki: Collegio da Iapão da Companhia de IESV.

Rodrigues, João. 1620. *Arte breve da Lingoa Iapoa*. Macau: Collegio da Madre de Deos da Companhia de IESV.

Sasaki, Elisa Massae. 1999. *Movimento "dekassegui". A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo.

Sem autor. 2002. Guia de Orientação para o prosseguimento educativo/vocacional aos alunos estrangeiros de Komaki. Disponível em www.komaki-aic.ed.jp/gaikoku/shinro/shinrop.doc (acessado em 30 de julho de 2008).

Seyferth, Giralda. 2001. Migração Japonesa e o Fenômeno Dekassegui: do País do Sol Nascente para uma Terra Cheia de Sol. *ComCiência* 16. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr19.htm> (acessado em 30 de julho de 2008).

Smith, Jennifer. 2005. Loan Phonology is not all Perception: Evidence from Japanese Loan Doublets. Disponível em <http://www.unc.edu/~jlsmith/home/pdf/jk14.pdf> (acessado em 13 de agosto de 2008).

Sumida, Ikunori. 2008. Um programa curricular de língua portuguesa equilibrado. Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto, Inédito.

Tojo, Natália. 2000. The anxiety of the silent trades: dutch perception on the Portuguese banishment from Japan. *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies* 1: 111-28.

Yoshimura, Julieta. 2008. *Associação das Escolas Brasileiras no Japão*. Disponível em http://www.abe.mre.gov.br/mundo/america-do-sul/republica-federativa-do-brasil/subsecretaria-geral-das-comunidades-brasileiras-no-exterior/servicos/associacao_das_escolas_brasileiras_no_japao_aebj.doc/view (acessado em 12 de agosto de 2008)

Zandvliet, Kees (ed). 2004. *The Dutch Encounter with Asia 1600-1950*.
Amsterdam/Zwolle: Rijksmuseum/Waanders Publishers.